



Agilidade e fragilidade nas avaliações técnicas da CTNBio *Agility and fragility in CTNBio technical assessments*

MELGAREJO, Leonardo¹; FERNANDES, Gabriel Bianconi²; OLIVEIRA DE SOUZA, Murilo M³.

¹Associação Brasileira de Agroecologia; LECERA/CCA/UFSC, melgarejo.leonardo@gmail.com; ² Universidade Federal do Rio de Janeiro, biefernandes@gmail.com; ³Associação Brasileira de Agroecologia; UEG, murilosouza@hotmail.com

Resumo: A rapidez com que ocorrem as deliberações na CTNBio não condiz com o princípio da Precaução, se faz desrespeitosa ao contraditório nos debates de mérito e ofende a metodologia científica, revelando-se preconceituosa e sistematicamente favorável à aprovação de todas as demandas empresariais de liberação de organismos transgênicos. Caracterizando ausência de dúvidas, fato destacado como inédito em termos da evolução do conhecimento humano, as decisões daquela comissão revelam previsibilidade e maculam a prática de julgamentos isentos, de base científica, em tema de relevância para o desenvolvimento nacional. Dados do funcionamento da Comissão no ano de 2018 são utilizados para ilustrar esse processo.

Palavras-chave: OGM; Transgênicos; CTNBio; Conflitos de interesses.

Keywords: GMO; Transgenics; CTNBio; Conflict of interests.

Introdução

O avanço das lavouras transgênicas no Brasil (ATLAS, 2018) tem sido comemorado pelo agronegócio, mas oculta implicações negativas relacionadas aos direitos humanos (FOLGADO et al., 2017; OLIVEIRA de SOUZA e FOLGADO, 2018), à degradação ambiental e à contaminação das águas, de animais e de seres humanos por agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2015; ALMEIDA et al., 2017; CORTESE, 2018). Trata-se de questão discutida na literatura crítica, que aponta dúvidas quanto à isenção da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em suas avaliações de risco (CONSEA 2013; FERMENT et al., 2012 e 2015; ALMEIDA et al., 2017; FERNANDES 2015; AGROECOLOGIA, 2017; MELGAREJO et al., 2013; MELGAREJO, 2017; BARCELOS, 2018). O presente estudo examina esta questão a partir de relatórios anuais da CTNBio, de escassa visibilidade, que constituem elementos robustos para análise da eficácia e efetividade dessa comissão.

Metodologia

Foi realizada pesquisa sobre dados primários de 2018, que consistem nas deliberações dos membros da CTNBio, em suas reuniões plenárias mensais, organizadas nos relatórios anuais da Comissão. Explanções adicionais relativamente à lógica operacional da Comissão, finalidades e conteúdo dos diferentes tipos de deliberação foram agregadas em conformidade às normativas vigentes e à experiência de representantes do grupo minoritário, cujos argumentos têm sido sistematicamente desconsiderados pela maioria.



Resultados e Discussão

As decisões da CTNBio seguem mecânica de reuniões das quais participam os 27 membros titulares e seus suplentes. Boa parte das discussões ocorre em reuniões setoriais, via de regra protegidas por cláusulas de sigilo que impedem seu acompanhamento por parte de observadores independentes. As deliberações de caráter finalístico ocorrem nas reuniões plenárias (que acontecem mensalmente, à exceção dos meses de julho e janeiro) e se dão por maioria simples de 14 votos. Apenas os 27 titulares votam (na ausência do titular vota o suplente). As pautas são publicadas previamente, porém não asseguram transparência, como se observa nos exemplos a seguir extraídos da pauta de outubro de 2018:

(URGENTE) Du Pont do Brasil S. A. Processo 01200.003581/2014-51. Relatório de conclusão de liberação planejada no meio ambiente de **soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas (vários eventos** contendo genes cry, inibidores de ALS). Data do protocolo: 23/03/2017. Relatoria definida em maio/2017: Dr. Alexandre Lima Nepomuceno. Assessoria: Gutemberg Sousa. (grifo adicionado)

(URGENTE) Syngenta Seeds Ltda. Processo 01200.001487/2013-87. Relatório de conclusão de liberação planejada no meio ambiente (RN8) de cana-de-açúcar geneticamente **modificada para resistência a insetos e tolerante a herbicidas**. Data do Protocolo: 12/12/2016. Relatoria definida em março/2017: Dr. Fabrício Santana Santos. Assessoria: Orlando Cardoso. (grifo adicionado)

As votações se dão com base neste tipo de conteúdo, que não explicita nem o evento GM, nem as toxinas envolvidas, nem os agrotóxicos associados, os objetivos ou mesmo os resultados das pesquisas. Uma vez que, em consequência destes mecanismos, apenas os relatores sabem, efetivamente, do que trata cada processo, em cada situação, é possível afirmar que, na ausência da exposição de conteúdo e de discussões de mérito caso a caso, aquele procedimento dispensa preceitos mínimos de avaliação científica cautelosa. Relatório anual da CTNBio para o ano de 2018 revela que nas 10 reuniões deliberativas (realizadas individualmente em no máximo 4 horas), foram avaliados 1.232 processos. Para estes, houve aprovação em 1.040 casos (os demais permaneceram em pauta, ou foram postos em diligências; as exceções são inexpressivas: 4 rejeições, nas quais a empresa desiste da demanda ou reelabora o pedido). Destaca-se agilidade, que revela ausência de debates. Trata-se, em média, de uma aprovação a cada 0,6 minutos (cerca de 1,6 casos por minuto de reunião). Saliente-se a quase absoluta predominância de aprovações, que endossam argumentos apresentados pelas empresas. Destaque-se, ainda, que posições em contrário, expostas pela minoria dos membros, são sistematicamente desconsideradas.



Pleitos	Deferido	Indeferido	Retirado de pauta	Diligência	Total
Liberação Comercial	30		6		36
Plano de Monitoramento Pós-liberação Comercial	19	2	3		24
Relatório de Monitoramento Pós-liberação Comercial	52		14		66
Solicitação/Extensão/Cancelamento e Revisão de CQB	189	2	22	9	222
Projetos de Pesquisa Setorial Humana e Animal	50		8	2	60
Transporte de OGM	5				5
Importação/Exportação	10				10
Liberação Planejada no Meio Ambiente	104		7	6	117
Alteração de Processos de Liberação Planejada no Meio Ambiente	13				13
Cancelamento de Liberação Planejada no Meio Ambiente	38			1	39
Relatório de Conclusão de Liberação Planejada no Meio Ambiente	140		45	9	194
Relatório Anual	361		24	32	417
Carta Consulta RN16	7				7
Relatos de Incidentes	15				15
Outros Assuntos – Plenária	2				2
Carta Consulta	5				5
Total	1040	4	129	59	1232

Quadro 1. Deliberações da CTNBio, 2018.

Fonte: CTNBio, Relatório anual 2018 (versão preliminar, distribuída em dezembro 2018). Elaborado pelos autores.

Observando apenas os pedidos de Liberação Comercial (LC), observa-se aprovação de 30 processos (cerca de 3 por mês, em reuniões de quatro horas que apreciam também centenas de outros pontos). Se naquelas reuniões a CTNBio houvesse se debruçado apenas sobre os pedidos de LC teriam sido despendidos cerca de 20 minutos para exposição, análise, debates e votação, em cada caso. Trata-se claramente de tempo insuficiente para apresentação e exame de contraditórios, considerando aportes da bibliografia especializada. Evidencia-se, portanto, ausência de esforços na busca de consenso que respeite as perspectivas dos diferentes setores representados na CTNBio, o que permite dúvidas quanto à qualidade das decisões. Estabelecidos com base na Lei de Biossegurança com vistas à construção de autonomia e soberania nacionais, mecanismos de avaliação de risco supostamente elaborados de forma respeitosa ao princípio da Precaução resultam inócuos diante das profundas alterações realizadas nas normas e mecanismos legais, atendendo



basicamente a interesses de corporações internacionais (MELGAREJO et al, 2013; MELGAREJO, 2017; FOLGADO et al., 2017; BARCELOS, 2018, CORTESE, 2018).

Conclusões

Por norma legal, todas as avaliações e decisões da CTNBio devem ser caso a caso, examinando dossiês elaborados pelas requerentes e tendo em conta a bibliografia especializada, após debate que permita dirimir dúvidas e esclarecer divergências. Considerando apenas os pedidos de LC, os números acima expostos evidenciam o não atendimento a essas premissas permitindo, ainda, fundamentadas suspeitas quanto à legalidade de votações em bloco. Ademais, como via de regra os processos são acessados apenas por seus relatores, os pareceres que eles emitem, quando/se levados ao conhecimento dos demais, influenciam as decisões do coletivo, orientando as votações. Este fato permite suspeitas quanto aos procedimentos adotados para distribuição dos documentos e seleção dos relatores dado que estes se concentram de forma claramente não aleatória sob a responsabilidade de pequeno número de membros, que não expressam dúvidas quanto à qualidade, falibilidade ou eventual fragilidade dos argumentos expostos pelas empresas, recomendando sistematicamente integral aprovação. Trata-se de circunstância criticada por estudiosos da legislação, que apontam, como resultante de tais movimentos, desvios comportamentais em funções públicas, levando-as a operar em favor do atendimento de interesses privados (ZANONI et al., 2011; FERNANDES, 2015; MELGAREJO, 2015; AGROECOLOGÍA, 2017; FOLGADO, 2017; BARCELOS, 2018).

Com base nesse quadro de deliberações, conclui-se que opera uma lógica de “naturalização” de desvios que atuam em favorecimento a interesses empresariais ameaçadores a princípios elementares de isonomia, transparência, probidade e responsabilidade pública. Atentatórios a fundamentos do método científico estes mecanismos roubam eficácia à Lei de Biossegurança, afetam a credibilidade do poder público e comprometem a soberania nacional, no campo da biossegurança.

Referências bibliográficas

AGROECOLOGÍA. Univ de Murcia, ABA/AEA. Agroecología 12 (2, 2017. Disponível em <http://www.movimentocienciacidada.org/documento/detail/42>.

ALMEIDA, V.E.S.; FRIEDRICH, K.; TYGEL, A.; MELGAREJO, L.; CARNEIRO, F.F. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. **Ciência e Saúde Coletiva**, 22(10):3333-3339, 2017. DOI: 10.1590/1413-812320172210.17112017 (acesso em 23/08/2018). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003333&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

ATLAS do Agronegócio. Fatos e números sobre as Corporações que controlam o que comemos. Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro,

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/atlas-do-agronegocio> ;
https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf.

BARCELOS, J.R.O. Agrobiodiversidade Ameaçada: perversão do direito e zona de autarquia na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). 1. ed. São Paulo: Editora LiberArs, 2018. v. único. 280 p.

CARNEIRO F.F. et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde [Internet]. 1st ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: **Expressão Popular**; 2015 [cited 2016 Aug 20]. Available from: http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf

CONSEA. Mesa de Controvérsias sobre transgênicos. Relatório Final: mesa de controvérsias sobre transgênicos Brasília: **Presidência da República**, 2014. 87 p. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/mesa_de_controversias/transgenicos-2013

CORTESE, R.D.M. **Análise da rotulagem de alimentos elaborados a partir de Organismos Geneticamente Modificados: a situação do Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Nutrição) - Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FERMENT G. et al. Lavouras transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGM [Internet]. 1st ed. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**; 2015 [cited 2017 Apr 11]. disponível em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/41>
<http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/38>

FERNANDES, G. B. **Genes como mercadorias: o caso da introdução das sementes transgênicas no Brasil**. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

FOLGADO, C.A.R. (org.). Direito e Agrotóxico. **Reflexões sobre o sistema normativo**. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2017. 296 p.

MELGAREJO, L. Biosafety regulations, practices and consequences in Brazil: who wants to hide the problems? In: Issberner L-R, Léna P, editors. **Brazil in the anthropocene. Conflicts between predatory development and environmental policies**. New York, NY: Routledge; 2017. p. 143–157.

MELGAREJO, L.; FERRAZ, J. M. G.; FERNANDES, G. B. Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 10, p. 14-21, 2013. <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/15>

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



OLIVEIRA DE SOUZA, M.M.; FOLGADO, C.A.R. Agrotóxicos e Agroecologia. **Enfrentamentos científicos, jurídicos, políticos e socioambientais**. Anápolis – GO. Ed. UEG, 2018. 340 p.

ZANONI, M.; FERMENT, G. Transgênicos para quem? **Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA. 2011, p.214.
<http://www.movimentocienciacidade.org/documento/detail/1>.